



X COLÓQUIO INTERNACIONAL

"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

DISCURSOS SOBRE A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO PAR

VANUSA RUAS FREIRE VIANA

EIXO: 1. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO: As ideias centrais do texto apresentam uma análise acerca da concepção de qualidade da educação a partir do discurso oficial, discurso científico e do discurso dos sujeitos da implementação do PAR no município de Belo Campo. A análise discursiva foi pautada na relação entre os discursos existentes em documentos oficiais, no discurso científico da produção bibliográfica da área e nos discursos de 6 sujeitos que fizeram parte do processo de implementação do PAR no município de Belo Campo, tomando como base de análise as ideias de Michel Foucault. Os resultados evidenciam as diversas concepções sobre qualidade educacional, fato este, que dificulta a ação dos entes federados no que se refere ao estabelecimento de parâmetros que venham orientar e garantir a melhoria da educação.

Palavras-chave: Discurso. Qualidade da educação. PAR

RESUMEN: El texto de las ideas centrales presenta un análisis de la calidad de la enseñanza del diseño desde el discurso oficial, el discurso científico y la aplicación PAR del discurso de los sujetos en Belo Campo. El análisis del discurso se basa en la relación entre los discursos existentes en los documentos oficiales, en el discurso científico del área de producción bibliográfica y en los discursos de los 6 sujetos que formaron parte del proceso de implementación PAR en Belo Campo, tomando como base las ideas de Michel Foucault. Los resultados muestran los diferentes conceptos de calidad de la educación, un hecho que dificulta la acción de las entidades federales con respecto al establecimiento de parámetros que guiarán y garantizar la mejora de la educación.

Palabras clave: Discurso. Calidad de la educación . PAR

Introdução

As discussões que permeiam este artigo é constituída de parte dos resultados da pesquisa de mestrado intitulada "Concepções e discursos em torno da gestão educacional no contexto do Plano de Ações Articulada (PAR) no município de Belo Campo – Bahia". De natureza qualitativa, a pesquisa transcorreu no período de 2013/2015 adotando como principal objetivo analisar as concepções e discursos em torno da gestão educacional no contexto do Plano de Ações Articuladas (PAR) no município de Belo Campo – Bahia.

No campo metodológico foram realizadas 6 (seis) entrevistas com sujeitos que participaram do processo de implementação do PAR. Os Entrevistados estão identificados como (E1, E2, E3, E4, E5 e E6), onde a letra (E) corresponde à palavra enunciador. Na apresentação deste recorte, em especial, os discursos analisados procuraram enfatizar as ideias que os sujeitos investigados apresentaram acerca de suas compreensões sobre a concepção de qualidade da educação diante da implementação do PAR. O discurso oficial e o discurso científico também foram analisados como tentativa de analisar suas relações e níveis de articulação com o discurso dos sujeitos da implementação do referido plano.

Qualidade da Educação: contraposições entre o discurso oficial, discurso científico e discurso dos sujeitos da implementação do PAR no município de Belo Campo

As discussões em torno da qualidade da educação básica surgiram com destaque na década de 1980 no Brasil e vem alcançando maior centralidade no discurso oficial nos últimos 10 anos, a partir da criação do Ideb em 2005. Contudo, diversos estudos têm apontado a insatisfação popular com os resultados educacionais e com a péssima qualidade da educação pública brasileira, principalmente se analisada na escala de resultados das avaliações internacionais.

O discurso científico tem apontado que essa insatisfação decorre da falta de correspondência entre teoria e prática e ainda da falta de coincidência a respeito do conceito de qualidade (PARO, 2000). Constata-se no campo educacional, que o conceito de qualidade tem assumido diversas concepções, que se misturam em um mesmo contexto, apesar de cada uma ter surgido em um momento específico da História.

Para Castro (2009), há pelo menos três concepções que circulam com maior frequência nos discursos sobre qualidade da educação. Na primeira, o conceito sobre qualidade está associado à concessão de recursos humanos e materiais às instituições educacionais. A quantidade de recursos nessa concepção implica maior qualidade, característica de um Governo pautado em um Estado de

Bem-Estar.

Logo em seguida, surge uma segunda concepção. Nesta, a redução do papel do estado promove a circulação de uma concepção gerencial, em que segundo Castro (2009, p. 22), “[...] a qualidade consiste em seguir procedimentos corretos e apropriados para atingir determinados fins e não decidir, democraticamente, sobre os objetivos e finalidades da educação”. O foco da qualidade nesse contexto é deslocado para a eficácia e eficiência em que se preveem resultados máximos a custos mínimos.

A terceira concepção de qualidade, segundo Castro (2009), está inserida na vertente democrática, a qual compreende que a qualidade é construída pelos educadores comprometidos com a educação pública. Nessa perspectiva, a qualidade torna-se um conceito político, sociológico e crítico e, diferentemente da concepção gerencial, a realidade educacional e seus processos são coletivamente construídos e, constantemente, questionados. Temos, então, diferentes concepções, pertencentes a diferentes formações discursivas e que podem coexistir em um mesmo espaço de tempo, pois, como defende Foucault (2013), todo discurso é marcado por enunciados que o antecedem e o sucedem.

Para além das concepções de qualidade que circulam no campo educativo e com base nos estudos de Costa (2009), podemos afirmar que há intrínseca relação entre política, gestão e qualidade da educação, tendo em vista que a gestão educacional opera as proposições políticas e a qualidade deve, nesse contexto, ser objeto de toda ação educativa. Para que essa relação se estabeleça, em especial no contexto escolar, Costa (2009) pontua:

Temos que analisar e avaliar as concepções e as práticas de gestão escolar e as suas repercussões nos processos e nos resultados do ensino. Mas, para que isso ocorra, necessitamos de decifrar o que entendemos por qualidade do ensino, designadamente em função dos diferentes atores presentes na cena educativa, pois a resposta não será a mesma para todos (COSTA, 2009, p. 46).

Justamente dessa perspectiva, procuramos neste texto apresentar o que os sujeitos que atuam na gestão educacional estão compreendendo por qualidade na educação e se há implicação dessas compreensões no comportamento, ou seja, na prática desses indivíduos que eventualmente possam refletir na qualidade da educação no município.

No âmbito do discurso oficial, as políticas públicas implementadas vêm enfatizando a real necessidade de tornar realidade o discurso da qualidade no campo da educação e, em especial, no campo da educação básica. Dentro da sua lógica e concepção de qualidade, o Governo Federal

vem desenvolvendo planos, projetos e programas, que a partir dos resultados do Ideb venham dar consistência ao projeto educacional vigente. Neste cenário, destacam-se o (PDE) e o PAR – Plano de Metas que se tornou a principal ação do PDE no contexto dos municípios.

Quando o Plano de Metas Compromisso Todos pela educação foi lançado em 2007 dispôs, entre outras coisas, sobre a mobilização social pela melhoria da qualidade da Educação Básica (BRASIL, 2007a). A melhoria da qualidade da educação naquele momento passaria a ser orientada pelos resultados do Ideb, como podemos visualizar no trecho do Compromisso citado a seguir:

Art. 3º A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no Ideb, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil) (BRASIL, 2007, p.3).

Desde então o PDE e o PAR – Plano de Metas têm levantado a bandeira de uma educação de qualidade para todos, pregando assim em seu discurso a oferta de um plano executivo, que diferentemente do Plano Nacional de Educação estabeleceria parâmetros para aferição da qualidade da educação e traria proposições práticas para os problemas identificados. Nessa perspectiva, a busca pela qualidade não estaria condicionada exclusivamente aos resultados das avaliações externas, mas também ao desenvolvimento de uma gestão participativa, que equaliza a oferta de oportunidades e que qualifica e valoriza os profissionais da escola (BRASIL, 2010a).

Segundo Sander (2009, p. 83), “[...] uma educação de qualidade para todos requer, igualmente, a concepção e adoção de práticas de gestão capazes de materializar as políticas públicas e as disposições da legislação do ensino, no cotidiano das instituições escolares e sistemas educacionais”. Tomando, portanto, como ponto de análise a afirmação de Sander (2009), identificamos mais uma vez o gestor educacional como um sujeito que em seu exercício de poder precisa estabelecer uma relação com os saberes e práticas em torno da gestão no processo de promoção da melhoria da qualidade educacional. Nessa visão, o desenvolvimento de práticas de gestão educacional é fundamental para garantir a melhoria da qualidade da educação.

E para o discurso oficial, o que é afinal qualidade da educação?

A partir de qual concepção de qualidade o Governo Federal, por meio do PAR e dos seus processos de gestão educacional, pretende materializar as políticas públicas em funcionamento?

Vejamos de qual modo o PDE apresenta a sua concepção de qualidade no processo educativo:

Qualidade entendida como enriquecimento do processo educacional, participação dos sujeitos e valorização das diferenças, de modo que as oportunidades educacionais se constituam em formas reais de reconhecimento e desenvolvimento das potencialidades, conhecimentos e competências. A melhoria da qualidade da educação e a redução de desigualdades relativas às oportunidades educacionais – em outras palavras, o direito de aprender – são suas razões constitutivas (BRASIL, 2007b, p. 10).

A partir, portanto, da concepção de qualidade apontada na citação anterior, o PDE procura superar no âmbito dos municípios algumas dificuldades do PNE em torno desta questão central, enfrentando o problema da equidade e, conseqüentemente, o tratamento dado à qualidade. A verdade da época, em que nos encontramos impõe o discurso da qualidade da educação como primordial e justifica o direcionamento de muitas ações e programas ligados à política educacional atual.

Se observamos a concepção apresentada no discurso oficial, veremos que essa aparentemente se assemelha a uma concepção mais democrática de qualidade. As ações que constituem o conjunto de projetos e programas que compõem o PAR apresentam características mais gerenciais do que democráticas, uma vez que já chegam prontos aos municípios e o governo federal é quem determina os procedimentos e técnicas a serem seguidos para se alcançar os objetivos e finalidades para cada tipo de problema que o município pontua em seu plano de ação.

Segundo Neto (2009, p. 202), o gerencialismo “[...] está em consonância com um modelo de Estado empresário”. Tem seu foco nos resultados e privilegia mais a arrecadação do que o uso dos recursos. É justamente essa lógica, que temos visto orientar o PAR. Percebemos uma grande mobilização para aquisição de recursos financeiros e pedagógicos, no entanto, não é visível muita preocupação orientada para o uso desses recursos. Lógica essa que contraria a refundação democrática da administração pública, pautando-se em procedimentos focados na produtividade e lucratividade.

Na maioria das vezes, os municípios aceitam essas ações sem grandes questionamentos porque é mais cômodo receber tudo pronto, os gastos financeiros são menores e não demanda muito tempo de planejamento para tal, prevalecendo à vontade de verdade e a sobreposição do exercício do poder do Governo Federal que contradiz a proposta de regime de colaboração pregada pelo PAR.

Teorizando essa reflexão à luz das ideias de Foucault (2013b, p. 45), podemos dizer que: “[...] o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber,

produz discurso". Desse ponto de vista, o município entende esta relação como positiva para si.

Desse modo, tomando por princípio que a qualidade da educação no município é aferida com base nos resultados do Ideb e analisando o discurso dos sujeitos da implementação sobre a qualidade da educação no âmbito do município, as respostas dos entrevistados nos levaram às observações que se seguem.

Com exceção do E1, que se isentou de responder às perguntas mais específicas sobre a qualidade da educação no município e os resultados do Ideb por não estar mais inserido no processo, todos os demais enunciadores associaram a qualidade da educação à quantidade de recursos recebidos no município.

Todos os enunciadores também questionaram os moldes de avaliação adotados para aferição do Ideb e quanto a isso a interpretação das falas, de modo geral, representou a insatisfação dos gestores quanto a forma homogeneizadora de avaliar realidades educacionais tão diversificadas no país, pois segundo esses as questões das provas não retratam o nível de desenvolvimento intelectual da realidade avaliada no município.

O E2 e o E3 afirmam que há uma forma de organização por parte do município para elevar os índices do Ideb, contudo não souberam descrever de que modo essa organização acontece. Contrariamente a essas afirmações, E4, E5 e E6 pontuaram de forma semelhante, que não há organização ou estratégias específicas por parte do município para elevação do índice, apesar de o município apresentar preocupações quanto a isso.

Ao serem questionados sobre as falhas presentes na execução do PAR no município, que têm impedido o avanço na elevação do Ideb e conseqüentemente na melhoria da qualidade da educação, o E2 atribui os péssimos resultados à questão social, que impede o aluno de permanecer na escola deslocando-o para o mundo do trabalho e também à falta de participação da família no processo educativo como está posto no trecho a seguir: "[...] a questão, como eu falei é um problema social. A questão financeira do nosso país. Eu tenho certeza que a gente consegue alcançar um número maior, a gente consegue atingir uma meta maior" (E2). Do ponto de vista do E2, é necessário que o PAR inclua uma quinta dimensão que dê conta de articular soluções para o problema social e conseqüentemente a qualidade da educação avançaria.

Ao apontar a questão social como principal causa para as ações do PAR não darem certo no município, o E2 procura isentar o município da sua responsabilidade em resolver o problema da elevação do índice e complementa: "outro ponto também fundamental que está prejudicando a educação como todo é a questão familiar, ou seja, 30 ou 40% dos pais não se preocupam com a questão dos filhos estarem diretamente ligados à escola" (E2), ou seja, o município só vai conseguir manter a elevação do Ideb e, conseqüentemente, a qualidade da educação, na medida

em que esses dois problemas que não são exclusividade de sua ordem, forem superados.

Mesmo enfatizando a todo momento as conquistas do PAR, em especial aquelas referentes à aquisição de recursos financeiros e atribuindo a melhoria da qualidade da educação à inserção desses novos recursos no campo educacional, E3 e E6 atribuem a culpa pelo não alcance da qualidade às práticas pedagógicas ineficazes e à falta de programas do governo federal para suprir essa carência, deixando a entender que o município não tem autonomia para produzir soluções para os problemas que o atingem, ficando sempre a mercê de programas do Governo Federal.

O E3 enfatiza que: "A prática pedagógica e o PAR estão muito distantes, mas a questão física melhorou. As questões estruturais melhoraram, mas estão distantes ainda teoria e prática" (E3). Elaborando uma análise a partir do olhar do E3, identificamos forças contrárias em ação no processo de implementação do PAR, pois, segundo ele, a qualidade melhorou devido à quantidade de recursos que chegou ao município. Contrariamente, identificamos ainda em sua enunciação que esses recursos ainda não foram capazes de diminuir as distâncias entre o nível de qualidade proclamado e o nível de qualidade ofertado no município.

Quanto ao E6, está implícito em sua fala que os recursos os quais o município dispõe são insuficientes para promover mudanças nessa área específica das práticas pedagógicas, confirmando, assim, que o município por si mesmo não estabelece estratégias próprias para alcançar melhores resultados, estabelecendo uma relação de total dependência do Governo Federal neste processo. "Acho que a falha está na dimensão pedagógica. As primeiras ações começaram a chegar em 2012 e anterior a isso não tínhamos recursos para bancar essas ações" (E6).

Já para o E4 e o E5 o problema da qualidade está no processo de formação dos profissionais que atuam na educação, sejam eles professores, gestores ou técnicos, mas enfatizando sempre a formação do professor. Analisamos a partir dos discursos dos sujeitos entrevistados mais uma vez, a relação de total dependência que o município apresenta quanto à concretização de algumas ações e, em especial, no que se refere à formação dos seus profissionais como demonstram as seguintes enunciações:

[...] na falta de formação, eu acho que o PAR entra aí, porque ele pode contemplar alguns profissionais, entendeu?

E assim, não é por falta de pedir, porque isso foi solicitado, é por falta de apoio federal ou estadual de nos fornecer essas formações [...] Então pra mim atingir esses alunos aí eu vou pegar quem?

O professor, se o professor não está satisfeito, se o professor não está bem capacitado (E4).

Todos os profissionais de educação de Belo Campo tem formação, tem graduação, então a falha é essa?

Não sei. Estão mal preparados?

Não sei, mas acredito que com essas formações eles podem vir a melhorar, se estão decadentes na área eles podem melhorar se capacitando e isso influencia na sala de aula diretamente (E5).

Essa visão que condiciona os resultados ruins do município à formação do professor e dos demais profissionais da educação, ao tempo em que pretende denunciar o pouco compromisso do governo federal e estadual neste processo, denuncia de forma inconsciente a falta de ação do próprio município para com a formação continuada destes profissionais.

Não consideramos coerente atribuir a culpa exclusivamente a esses profissionais, se os agentes do município não mantêm nenhuma estratégia específica para melhoria da qualidade da educação. Os resultados das avaliações que deveriam ser utilizados para promover algum tipo de transformação, nesse sentido ficam resguardados apenas para reflexões superficiais, que em nada contribuem para mudanças de práticas e melhoria de resultados.

Ao pensarmos no poder como algo positivo, uma vez que ele produz efeitos, como diz Foucault e nas resistências presentes com o poder, podemos dizer que a resistência a um saber-poder em torno do PAR, ao modo como foi concebido, executado, emerge com a não materialização de seu sentido maior que é melhorar a qualidade da educação no município de Belo Campo, uma vez que os resultados do Ideb, principal instrumento utilizado no país para aferir a qualidade da educação, evidenciam que a não apropriação do que de fato é o PAR, suas implicações e responsabilidades e modo como o PAR deveria ocorrer em Belo Campo, tem levado ao descumprimento de seu objetivo: melhorar a qualidade da educação, em especial nos anos finais do Ensino Fundamental, que nunca atingiu a meta estabelecida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Analisando os dados do Censo Escolar 2013 e dados do Ideb 2013, no último ano de aferição dos índices da qualidade da educação no município, tomando como parâmetro as informações do site QEdu[1] (2013) que colocam valores em reprovação e abandono acima de 5% como indicativo da necessidade de definir estratégias para conter o avanço da evasão escolar, e valores acima de 15 % como indicativo de que é preciso intervir no trabalho pedagógico o mais rápido possível, alertamos para o risco de muitos estudantes ficarem fora da escola, ocasionando o aumento da distorção idade-série e das baixas taxas de rendimento.

Os dados contidos no quadro e no gráfico acima apontam que nos Anos Finais do Ensino Fundamental essas taxas de reprovação e abandono evoluem e o número de alunos que concluem

os anos finais por muito pouco não chega a metade da quantidade dos alunos que ingressam nos anos iniciais. A análise reflete a falta de ações e políticas que combatam esse grave problema, que conseqüentemente vai influir nos resultados do Ideb.

Se acompanharmos a evolução do aprendizado a partir das escalas do Ideb nos últimos três anos, vamos perceber que a maior evolução acontece nos anos iniciais do Ensino Fundamental e talvez a justificativa esteja assentada na aprovação automática que acontece no ciclo de alfabetização entre o 1º e 3º ano a partir *Resolução nº 7*, de 14 de dezembro de 2010. Já a evolução nos anos finais encontra-se praticamente estagnada, refletindo uma descontinuidade e desarticulação entre essas duas importantes etapas de ensino.

Isso significa que nos últimos dois anos, entre 2011 e 2013, não houve mudanças significativas que promovessem transformações no quadro educacional.

Se temos o saber-poder do Estado (governo federal e município), temos também o saber-poder produzido pelos sujeitos que se encontram nas escolas, por exemplo. Sem esses sujeitos, professores, direção, alunos, não há implementação de nenhum programa ou ação, pois como nos lembra Magnabosco (2009):

[...] todo o discurso estaria ligado ao desejo e ao poder, sendo que este poder não se localizaria em uma instituição ou Estado. O poder seria uma relação de forças, estando, pois, em todas as partes (micro-poderes). Além disso, ele não seria apenas repressivo, mas também produziria efeitos de verdade, de vontade, de saber; constituindo verdades, práticas e subjetividades (MAGNABOSCO, 2009, p. 2).

Essa reflexão nos remete à constatação, portanto, de que a problemática da qualidade não pode ser pensada apenas pela culpabilização de uma parte do todo que constitui o sistema educacional do município de Belo Campo e sim a partir das diversas relações que se estabelecem entre os diversos segmentos no âmbito do município, desses com as representações dos entes federais e estaduais, que por sua vez obedecem ao regime de verdade que orienta o momento histórico no qual se articulam.

Considerações Finais

Levando em consideração a formação do objeto desta seção, neste caso os discursos sobre qualidade da educação, podemos então sintetizar, que o contexto de emergência, especificação e delimitação do mesmo tem como fronteiras a criação do Ideb, do PDE e em seguida o PAR – Plano

de Metas. Nesse contexto, a intensificação do discurso em torno da melhoria da qualidade da educação teve seu aparecimento direcionado pelo Governo Federal aos estados e municípios que o incorporaram, contudo não o subjetivaram conforme as normas de funcionamento e regime de verdade estabelecidos, mas conforme sua própria vontade de verdade, sem a devida organização e planejamento de práticas que reconduzisse os resultados do Ideb a níveis mais elevados.

Quanto á formação do conceito sobre qualidade da educação, apresentamos a descrição e a coexistência de diferentes concepções, que concomitantemente recortam os discursos sobre qualidade, correlacionando-as e identificando seus pontos de incompatibilidade e laços de filiação.

Nessa perspectiva, identificamos que apesar de apresentar características de uma concepção de qualidade mais voltada para os moldes gerenciais, a concepção apresentada no discurso oficial defende uma concepção de qualidade pertencente a uma vertente democrática. Apesar do regime de verdade da época defender de modo mais sistemático essa vertente democrática, constatamos que nos domínios da memória dos sujeitos da implementação ainda prevalecem uma concepção que associa a qualidade à quantidade de recursos adquiridos, vertente essa claramente associada a uma concepção pautada em um Estado de Bem-Estar Social.

A não equivalência, no que se refere ao entendimento sobre qualidade da educação deixa evidente uma falha referente a aplicabilidade do regime de colaboração, uma vez que não há participação de todos os entes federados na definição da concepção de qualidade, que deve permear os processos educativos da política educacional vigente. Entendemos desse modo, que a participação e mobilização popular, discurso amplamente defendido no contexto do PAR, não vem acontecendo como de fato deveria.

Concluimos desse modo, que a busca da qualidade se daria nesse sentido por meio da gestão, principalmente a gestão educacional democrática que implica em participação da comunidade. Entendendo, assim, que no contexto observado não há conhecimento/clareza sobre gestão educacional, que não há participação, esvazia-se então o princípio da gestão democrática.

Todos esses jogos de relações que se estabelecem e se dividem em fatores positivos e negativos no desenvolvimento da gestão educacional no contexto do PAR, em Belo Campo, contribuem para o exercício de um poder que não colabora com mudança do quadro educacional do município e, conseqüentemente, da melhoria da qualidade da educação.

REFERÊNCIAS BRASIL. **Decreto nº 6.094**, de 24 de abril de 2007. Brasília, DF, 2007a.

Disponível em:

<<http://>

[www.](http://www.planalto.gov.br)

[planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

[/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](#)

>.

Acesso em: 05 maio 2015. _____. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Brasília, DF, (2007b). _____. Ministério da Educação. **CONAE 2010**: Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. Brasília, DF, Documento Final, 2010a. _____. Ministério da Educação. **Resolução nº 07**, de 14 de abril de 2010b. Brasília, DF, 2010.

Disponível em:

<http://>

portal.mec.gov.br

[/dmdocuments/rceb007_10.pdf](#)

Acesso em: 05/05/2013 CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. A qualidade da educação básica e a gestão da escola. In: FRANÇA, Magna; BEZERRA, Maura Costa (Org.). **Política Educacional: gestão e qualidade do ensino**. – Brasília: Liber Livro, 2009. COSTA, Jorge Adelino. Modelos Organizacionais de escola e qualidade do ensino: o futuro em incursão especulativa. In: FRANÇA, Magna; BEZERRA, Maura Costa (Org.). **Política Educacional: gestão e qualidade do ensino**. – Brasília: Liber Livro, 2009. FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 8 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013a. _____. **Microfísica do Poder**. 27 ed. – São Paulo: Graal, 2013b. MAGNABOSCO, Gislaíne Gracia. A construção da identidade através da produção textual na internet: análise do blog Capricho Papo de Amiga. In: **Travessias**. V.3, nº 2, 2009.

Disponível em:

<http://>

e-revista.unioeste.br

[/index.php](#)

[/travessias/article/download/3388/2673](#). Acesso em 13/08/2014. NETO, Antônio Cabral. Gerencialismo e Gestão Educacional: cenários princípios e estratégias. In: FRANÇA, Magna; BEZERRA, Maura Costa (Org.). **Política Educacional: gestão e qualidade do ensino**. Lopes, 2009. PARO, Vitor Henrique. Educação para a democracia: O elemento que faltava na discussão da qualidade do ensino. In: **REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO**, 23, 2000. Caxambu. **Anais eletrônicos**. Caxambu - MG, 2000.

Disponível em:

<http://>

23reuniao.anped.org.br

[/textos/0528t.PDF](#). Acesso em 10 fev. 2014. SANDER, Benno. Gestão Educacional: concepções em disputa. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 69-80, jan./jun. 2009.

Disponível em:

<<http://www.esforce.org.br>

.

Acesso em: 05 maio 2015.

[1] <http://>

www.

[qedu.org.br](http://www.qedu.org.br)

/

Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Licenciada em Pedagogia – UESB. Coordenadora Pedagógica com atuação na Secretaria Municipal de Educação de Belo Campo – BA. Agência Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa na Bahia – FAPESB. Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas e Gestão da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

E-mail: nusafreire@yahoo.com

.br

. Pesquisa orientada pela Professora Doutora Sandra Márcia Campos Pereira - UESB.

Recebido em: 05/07/2016

Aprovado em: 06/07/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: